



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/05/2019. Publicação: 30/05/2019. Edição nº 099/2019.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça – em exercício

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º. QUADRIMESTRE DE 2019 (MAIO-2018 A ABR-2019)

Tabela I.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº.637/2012

RS 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas														Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não Processados (b)
	Maio_2018 a Abril_2019															
	Liquidadas															
	Maio/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19				
Despesa Bruta com Pessoal (I)	28.775.024,61	39.259.990,88	28.898.808,79	28.797.658,16	28.678.717,53	28.585.507,13	28.444.844,41	50.708.521,25	30.964.047,26	31.124.540,16	30.971.652,24	30.962.362,10	386.171.674,52			
Pessoal Ativo	24.786.960,39	35.271.926,66	24.910.744,57	24.809.593,94	24.690.653,31	24.597.442,91	24.456.780,19	42.732.392,81	26.628.241,31	26.788.589,44	26.635.758,34	26.626.468,20	332.935.552,07			
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	7.976.128,44	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	53.236.122,45			
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)																
Despesas não computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	8.954.798,23	9.029.460,98	8.996.074,22	8.974.274,98	8.954.105,82	8.927.246,31	8.883.522,22	20.752.070,39	10.925.051,54	10.935.545,29	10.892.093,82	10.853.580,24	127.077.824,04			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária																
Decorrentes de Decisão Judicial	936.541,33	930.880,27	932.920,34	938.381,19	931.734,42	922.299,70	923.466,53	4.094.411,28	2.077.891,87	2.101.682,85	2.091.126,81	2.085.568,61	18.966.905,20			
Despesas de Exercícios Anteriores	783,75	37,74				1.465,00	4.426,28	4.426,28	82.989,60	26.538,26	37.207,08	1.824,27	159.698,26			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados																
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.029.408,93	4.110.478,75	4.075.089,66	4.047.829,57	4.034.307,18	4.015.417,39	3.967.565,19	8.677.104,39	4.428.364,12	4.471.373,46	4.427.866,03	4.430.293,46	54.715.098,13			
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	7.976.128,44	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	53.236.122,45			
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	19.820.226,38	30.230.529,90	19.902.734,57	19.823.383,18	19.724.611,71	19.658.260,82	19.561.322,19	29.956.450,86	20.038.995,72	20.188.994,87	20.079.558,42	20.108.781,86	259.093.850,48			
Despesa Total com Pessoal – DTP (IV) = (III + IIIb)	259.093.850,48															
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL																
Receita Corrente Líquida – RCL (V)	13.348.715.894,19															
% da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	1,94															
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) < 2,00% >	266.974.317,88															



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/05/2019. Publicação: 30/05/2019. Edição nº 099/2019.

Límite Prudencial (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	253.625.601,99
Límite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80%>	240.276.886,10

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	MAIO/2018 A ABRIL/2019	
	LIQUIDADADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	386.171.674,52	0,00
Pessoal Ativo	332.935.552,07	
Pessoal Inativo e Pensionistas	53.236.122,45	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do Art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art.19 da LRF) (II)	127.077.824,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	18.966.905,20	
Despesas de Exercícios Anteriores	159.698,26	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	54.715.098,13	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	53.236.122,45	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	259.093.850,48	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	259.093.850,48	
<u>APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	13.348.715.894,19	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,94	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00%>	266.974.317,88	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	253.625.601,99	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80%>	240.276.886,10	

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/05/2019. Publicação: 30/05/2019. Edição nº 099/2019.

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c)=(b - a)	(d)=(1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g)=(f - a)	(h)=(a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral De Justiça
Em exercício

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
Diretor-Geral

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
Analista Ministerial
Diretora da Secretaria
Administrativo-Financeira

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Analista Ministerial
Coordenador de Folha de Pagamento

TATIANA ALVES DE PAULA
Analista Ministerial
Coordenadora de Orçamento e Finanças



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/09/2019. Publicação: 30/09/2019. Edição nº 184/2019.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	3
Procuradoria Geral de Justiça.....	3
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF.....	3
Conselho Superior	6
ENUNCIADO N.º 22 - CSMP.....	6
Colégio de Procuradores de Justiça	6
RESOLUÇÃO N.º 82/2019-CPMP.....	6
RESOLUÇÃO N.º 83/2019-CPMP	7
Diretoria Geral.....	7
EXTRATOS.....	7
Promotorias de Justiça da Comarca da Capital.....	9
MEIO AMBIENTE, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	9
Promotorias de justiça das Comarcas do Interior	9
AÇAILÂNDIA	9
CAXIAS.....	10
LORETO	11
MATÕES.....	14
HUMBERTO DE CAMPOS.....	14
SANTA LUZIA.....	15
URBANO SANTOS	16

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º. QUADRIMESTRE DE 2019 (SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019)

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº.637/2012

RS 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS													Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não Processados (b)
	Setembro/2018 A Agosto/2019														
	LIQUIDADAS														
	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	28.683.717,53	28.585.507,13	28.444.844,41	50.708.521,25	30.964.047,26	31.124.540,16	30.971.652,24	30.962.362,10	31.015.429,44	42.440.305,55	31.021.164,49	31.087.091,17	396.009.182,73		
Pessoal Ativo	24.695.653,31	24.597.442,91	24.456.780,19	42.732.392,81	26.628.241,31	26.788.589,44	26.635.758,34	26.626.468,20	26.714.996,41	38.139.873,93	26.720.732,85	26.786.659,53	341.523.589,23		
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	7.976.128,44	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	54.485.593,50		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de															



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/09/2019. Publicação: 30/09/2019. Edição nº 184/2019.

Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)														
Despesas não computadas (§1º do art.19 da LRF) (II)	8.954.105,82	8.927.246,31	8.883.522,22	20.752.070,39	10.925.051,54	10.935.545,29	10.892.093,82	10.853.580,24	10.818.222,34	10.905.711,74	10.865.160,22	10.853.086,79	134.565.396,72	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial	931.734,42	922.299,70	923.466,53	4.094.411,28	2.077.891,87	2.101.682,85	2.091.126,81	2.085.568,61	2.085.926,98	2.057.562,26	2.076.944,32	2.084.996,92	23.533.612,55	
Despesas de Exercícios Anteriores		1.465,00	4.426,28	4.426,28	82.989,60	26.538,26	37.207,08	1.824,27		13.723,74	30.472,79	961,77	204.035,07	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.034.307,18	4.015.417,39	3.967.565,19	8.677.104,39	4.428.364,12	4.471.373,46	4.427.866,03	4.430.293,46	4.431.862,33	4.533.994,12	4.457.311,47	4.466.696,46	56.342.155,60	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	3.988.064,22	3.988.064,22	3.988.064,22	7.976.128,44	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	54.485.593,50	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	19.729.611,71	19.658.260,82	19.561.322,19	29.956.450,86	20.038.995,72	20.188.994,87	20.079.558,42	20.108.781,86	20.197.207,10	31.534.593,81	20.156.004,27	20.234.004,38	261.443.786,01	
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	261.443.786,01													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	14.031.708.111,48													
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	1,86													
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00% >	280.634.162,23													
Limite Prudencial (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90% >	266.602.454,12													
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80% >	252.570.746,01													

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e Portaria STN nº. 637/2012

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	396.009.182,73	0,00
Pessoal Ativo	341.523.589,23	
Pessoal Inativo e Pensionistas	54.485.593,50	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do Art.18 da LRF)		



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/09/2019. Publicação: 30/09/2019. Edição nº 184/2019.

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art.19 da LRF) (II)	134.565.396,72	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	23.533.612,55	
Despesas de Exercícios Anteriores	204.035,07	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	56.342.155,60	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	54.485.593,50	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	261.443.786,01	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	261.443.786,01	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	14.031.708.111,48
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,86
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00%>	280.634.162,23
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	266.602.454,12
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80%>	252.570.746,01

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota3: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h)=(a)	(i)



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/09/2019. Publicação: 30/09/2019. Edição nº 184/2019.

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Em exercício

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
DIRETOR-GERAL

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETORA DA SECRETARIA
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
ANALISTA MINISTERIAL
ASSESSOR-CHEFE DE
CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADOR DE FOLHA DE PAGAMENTO

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Conselho Superior

ENUNCIADO N.º 22 - CSMP

“É obrigatória a promoção de membros do Ministério Público que figure por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas em lista de merecimento, desde que esteja concorrendo com candidato da mesma quinta parte em que se encontra ou da posterior. Havendo candidato integrante da quinta parte precedente, dentro dos critérios dos quintos sucessivos, a lista será formada exclusivamente por estes, sem necessidade de recomposição”.

Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 82/2019-CPMP

Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor(a) do Ministério Público, para o biênio 2019/2021.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição prevista no art. 11, II, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991, e;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o processo para eleger a lista tríplice para escolha do(a) Ouvidor(a) do Ministério Público do Estado do Maranhão, a ser nomeado(a) pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme o disposto no art. 8º, XVIII, da Lei Complementar Estadual nº 13/1991 e no art. 5º, caput, da Lei Complementar Estadual nº 83, de 25 de junho de 2005, conforme os autos do Processo Administrativo nº 18693/2019,

RESOLVE:

Art. 1º O(a) Ouvidor(a) do Ministério Público será escolhido(a) dentre os Procuradores de Justiça, integrantes da lista tríplice eleita pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para um mandato de 2 (dois) anos.

Art. 2º A eleição será realizada no dia 23 de outubro de 2019, no período das 08:00 às 14:00 horas, por meio eletrônico, através do banner da eleição destinado a este fim, localizado na página inicial do site do Ministério Público do Estado do Maranhão, mediante a utilização de login e senha para acesso à Intranet.

Art. 3º São elegíveis somente os Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira.

Parágrafo único. Estão impedidos de concorrer ao cargo o Procurador-Geral de Justiça, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Subcorregedor-Geral do Ministério Público e os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, salvo em caso de renúncia no prazo de 3 (três) meses anteriores à eleição, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 83/2005.

Art. 4º Os candidatos deverão inscrever-se no período de 14/10/19 a 18/10/19, perante a Comissão Eleitoral indicada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, através de requerimento apresentado na Seção de Protocolo da Procuradoria Geral de Justiça.

§ 1º A Comissão será integrada por 03 (três) membros do Colégio de Procuradores de Justiça, como titulares, e 01 (um) como suplente, cabendo a presidência ao mais antigo dentre os escolhidos.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/01/2020. Publicação: 29/01/2020. Edição nº 020/2020.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	3
Procuradoria Geral de Justiça.....	3
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	3
Assessoria Especial de Investigação	8
PORTARIA	8
Escola Superior	8
PORTARIA	8
Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior	13
CAXIAS.....	13
PAULO RAMOS.....	14
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO.....	14
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.....	15
SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	30

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º. QUADRIMESTRE DE 2019 (JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019)

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº.637/2012

R\$ 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS													Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não Processados (b)
	Janeiro/2019 a Dezembro/2019														
	LIQUIDADAS														
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19			
Despesa Bruta com Pessoal (f)	30.964.047,26	31.124.540,16	30.971.652,24	30.962.362,09	31.015.429,44	42.440.305,55	31.021.164,49	31.087.091,17	30.554.574,35	30.414.125,81	30.429.046,67	50.461.426,13	401.445.765,36		



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/01/2020. Publicação: 29/01/2020. Edição nº 020/2020.

Pessoal Ativo	26.628.241,31	26.788.589,44	26.635.758,34	26.626.468,19	26.714.996,41	38.139.873,93	26.720.732,85	26.786.659,53	26.254.142,71	26.113.694,17	26.128.615,03	41.860.562,85	345.398.334,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	56.047.430,60
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)													
Despesas não computadas (§1º do art.19 da LRF) (II)	10.925.051,54	10.935.545,29	10.892.093,82	10.853.324,84	10.818.222,34	10.905.711,74	10.865.160,22	10.853.086,79	10.601.905,28	10.621.992,66	10.600.203,63	21.287.897,79	140.160.195,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													
Decorrentes de Decisão Judicial	2.077.891,87	2.101.682,85	2.091.126,81	2.085.568,61	2.085.926,98	2.057.562,26	2.076.944,32	2.084.996,92	1.985.485,32	2.002.230,64	2.008.208,22	3.983.144,00	26.640.768,80
Despesas de Exercícios Anteriores	82.989,60	26.538,26	37.207,08	0,00	0,00	13.723,74	30.472,79	961,77	0,00	0,00	0,00	0,00	191.893,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.428.364,12	4.471.373,46	4.427.866,03	4.431.862,33	4.431.862,33	4.533.994,12	4.457.311,47	4.466.696,46	4.315.988,32	4.319.330,38	4.291.563,77	8.703.890,51	57.280.103,30
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	4.335.805,95	4.335.950,72	4.335.893,90	4.335.893,90	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	56.047.430,60
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	20.038.995,72	20.188.994,87	20.079.558,42	20.109.037,25	20.197.207,10	31.534.593,81	20.156.004,27	20.234.004,38	19.952.669,07	19.792.133,15	19.828.843,04	29.173.528,34	261.285.569,42
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	261.285.569,42												
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	14.530.152.195,28												
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	1,80												
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00% >	290.603.043,91												
Limite Prudencial (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90% >	276.072.891,71												
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80% >	261.542.739,52												

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/01/2020. Publicação: 29/01/2020. Edição nº 020/2020.

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	401.445.765,36	0,00
Pessoal Ativo	345.398.334,76	
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.047.430,60	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	140.160.195,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	26.640.768,80	
Despesas de Exercícios Anteriores	191.893,24	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº. 15/2004)	57.280.103,30	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002)	56.047.430,60	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	261.285.569,42	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	261.285.569,42	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	14.530.152.195,28
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,80
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) < 2,00% >	290.603.043,91
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) < 1,90% >	276.072.891,71
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) < 1,80% >	261.542.739,52

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

<Exercício em que o ente excedeu o limite>	<Exercício do primeiro período>	<Exercício do segundo período seguinte>
--	---------------------------------	---



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/01/2020. Publicação: 29/01/2020. Edição nº 020/2020.

<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h)=(a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b+c+d+e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) (identificar de forma individualizada)	22.474.563,43	-	9.607.151,10	-	-	-	12.867.412,33	11.499.263,86	-
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOURO (101)	17.132.152,48	-	9.593.936,32	-	-	-	7.538.216,16	7.482.819,96	55.396,20
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOURO (301)	3.360.912,56	-		-	-	-	3.360.912,56	3.228.290,49	132.622,07
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (107)	1.567.627,28	-	13.214,78	-	-	-	1.554.412,50	425.453,57	1.128.958,93
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (307)	413.871,11	-		-	-	-	413.871,11	362.699,84	51.171,27
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		-		-	-	-	-		-
Recursos Ordinários									
TOTAL (III)=(I+II)	22.474.563,43	-	9.607.151,10	-	-	-	12.867.412,33	11.499.263,86	1.368.148,47

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

LRF, art. 48 – Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.530.152.195,28	

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	261.285.569,42	1,80%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	290.603.043,91	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	276.072.891,71	1,90%



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/01/2020. Publicação: 29/01/2020. Edição nº 020/2020.

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	11.499.263,86	12.867.412,33

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
Diretor-Geral

PÂMELA NEVES DE OLIVEIRA
Analista Ministerial
Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira
- em exercício -

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de
Controle Interno e Auditoria

PAULO SÉRGIO ARAÚJO ALBERTO
Técnico Ministerial
Coordenador de Folha de Pagamento
- em exercício -

LETÍCIA DE CÁSSIA CANTANHEDE FONSECA
Coordenadora de Orçamento e Finanças
- em exercício -